



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guarará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

INFORMATIVO TÉCNICO

Parâmetros metodológicos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos

Apresentação

Este material apresenta a proposta de parâmetros metodológicos para a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com crianças de 0 a 6 anos, construída no contexto da “Oficina Colaborativa: Construção de Parâmetros Metodológicos para o SCFV com crianças de 0 a 6 anos, realizada em 13 e 14 de novembro de 2017, e da consultoria para a produção das Orientações Técnicas do serviço para crianças dessa faixa etária, em andamento durante o ano de 2018.

A oficina foi realizada em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e o Instituto Tellus e contou com a atuação de profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 19 estados e 28 municípios, juntamente com representantes das instâncias colegiadas e deliberativas do SUAS, da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

Já a produção das Orientações Técnicas está ocorrendo mediante a colaboração da consultora Lígia Pimenta, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, mais uma vez, e da Talking City Consultoria.

O presente material precede e subsidia a produção das Orientações Técnicas para o SCFV com crianças de 0 a 6 anos, que, em breve, serão disponibilizadas pela SNAS aos municípios e profissionais que atuam na oferta desse serviço.

Em nome da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) agradecemos o apoio das equipes de proteção social básica dos estados e municípios, que não têm medido esforços para contribuir com suas reflexões e práticas na produção das orientações técnicas do SCFV. Especial agradecimento aos gestores e profissionais dos municípios de Ananindeua – PA; Belo Horizonte – MG; e Frutuoso Gomes – RN, que receberam a equipe da Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em visita técnica durante o segundo semestre de 2018, como parte das atividades da consultoria aqui mencionada.

A todos, nosso muito obrigada!

Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CGSCFV)
Departamento de Proteção Social Básica (DPSB)
Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

I. O que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

a) Aspectos gerais

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e reordenado, em 2013, por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. O serviço realiza atendimentos para grupos constituídos a partir do ciclo de vida das/os usuárias/os, sendo ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O objetivo geral do SCFV é fortalecer as relações familiares e comunitárias e promover a integração e a troca de experiências entre as/os participantes dos grupos, valorizando o sentido de vida coletiva. O serviço é pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades das/os usuárias/os, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias.

A oferta do SCFV pode ser realizada pelo município e Distrito Federal a pessoas de todas as faixas etárias e para cada uma delas há especificidades a serem observadas e resultados específicos a serem alcançados.

A cobertura do SCFV deve atender às necessidades da população no território. O volume de famílias com crianças até 6 anos e as condições de vulnerabilidade e risco apresentadas pelo território em que residem, associadas às vivências nem sempre protetivas no núcleo familiar e na comunidade, são elementos determinantes para a oferta do SCFV a crianças de 0 a 6 anos.

Os gestores devem conhecer a realidade de seu território e planejar a oferta do SCFV também para essa faixa etária, integrando, assim, crianças e seus familiares à lógica da complementariedade entre serviços, programas e benefícios de transferência de renda, ao considerarem, por exemplo, a sua participação no PAIF, no SCFV, no Programa Acessuas Trabalho, no Programa Criança Feliz, no Programa Bolsa Família e o usufruto do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Uma especificidade do SCFV executado junto a crianças de 0 a 6 anos é que **a criança sempre estará acompanhada de seu cuidador(a)** que é, em geral, um familiar. Durante os encontros do grupo, são desenvolvidas atividades que potencializam o desenvolvimento físico e mental da criança e estimulam as interações sociais entre ela, o seu cuidador(a) e os demais participantes.

b) Público do SCFV para o intervalo etário de 0 a 6 anos

Algumas crianças integram o público que deve ser especialmente considerado no encaminhamento ao SCFV:

- crianças com deficiência e suas famílias, com prioridade para as beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC);



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

- crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda
- crianças encaminhadas pela Proteção Social Especial;
- crianças e suas famílias, que residam em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário;
- crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos.

Em 2013, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aprovou algumas situações prioritárias para o atendimento no SCFV. Assim, crianças no intervalo etário de 0 a 6 anos que vivenciam as seguintes situações são priorizadas no atendimento:

- em situação de isolamento;
- em situação de trabalho;
- com vivência de violência e/ou negligência;
- em situação de acolhimento;
- em situação de abuso ou exploração sexual;
- com medida(s) de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- em situação de rua;
- com deficiência.

A existência dessas prioridades, no entanto, não impede a participação de crianças com outras especificidades no serviço, uma vez que a oferta do SCFV ampara-se na perspectiva inclusiva e nas seguranças de acolhida e convívio que a Proteção Social Básica deve proporcionar para atuar na prevenção de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais.

c) Acesso ao SCFV e organização da oferta

O acesso ao SCFV ocorre por procura espontânea das famílias, por encaminhamento do CRAS, da rede socioassistencial e de outras políticas públicas, bem como por busca ativa.

Todos os grupos do SCFV devem ser referenciados¹ ao CRAS, o que vincula o atendimento realizado no âmbito desse serviço ao atendimento – por vezes, acompanhamento familiar - do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

O serviço pode ser ofertado tanto no CRAS quanto em Centros de Convivência. Para que o SCFV seja ofertado no CRAS, é necessário espaço físico compatível com as atividades propostas para o serviço, sem prejuízo à oferta do PAIF. Os Centros de Convivência são unidades públicas ou unidades vinculadas a organizações da sociedade civil, as quais devem ser devidamente inscritas no Conselho de Assistência Social do município ou Distrito Federal.

As atividades do SCFV para crianças de 0 a 6 anos são ofertadas em dias úteis, feriados ou finais de semana, com frequência sequenciada ou intercalada, de acordo com planejamento prévio, em encontros de até 1h30.

¹ Referenciamento: trata-se do vínculo entre o CRAS, sua equipe e os demais equipamentos e serviços socioassistenciais, a partir do qual garante-se a distribuição regular de informações do CRAS para os demais e destes para o CRAS, bem como organizam-se fluxos de atendimento entre os serviços.

² Matricialidade sociofamiliar: trata-se da perspectiva segundo a qual as ações da política de assistência social devem ter a família como foco, contribuindo para assegurar e ampliar a sua capacidade protetiva, a partir da compreensão dos contextos familiar e social dos indivíduos e de sua inserção neles.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

d) Recursos Humanos e cofinanciamento

Para ofertar o SCFV com crianças até 06 anos, é necessária uma equipe de referência vinculada ao CRAS, que seja composta por técnica/o de nível superior e orientadoras/es ou educadoras/es sociais, com formação escolar mínima de nível médio. As/os técnicas/os de nível superior, chamados de técnicos de referência do CRAS para o SCFV, além do acompanhamento da execução do serviço, especialmente por meio de participação sistemática nas atividades de planejamento e assessoria ao/a orientadora/orientador social, asseguram ao SCFV a aplicação do princípio da matricialidade sociofamiliar², que orienta as ações de proteção social básica da assistência social. Já as/os orientadoras/es ou educadoras/es sociais são as/os responsáveis diretas/os pela condução dos grupos de convivência.

O SCFV para crianças de 0 a 06 anos recebe o cofinanciamento federal, ou seja, integra o cofinanciamento geral do Serviço desde 2013. A Portaria MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013, regulamenta as regras de cálculo e repasse do cofinanciamento federal do SCFV, por meio do Piso Básico Variável (PBV).

Para a continuidade do repasse do cofinanciamento federal aos municípios considera-se: a manutenção de no mínimo 01 (um) CRAS implantado no município, em funcionamento e cadastrado no CadSuas; o registro e a confirmação de participação dos usuários do SCFV no Sistema de Informação do Serviço de Convivência (SISC)³, obrigatoriamente a cada três meses; o atendimento de, no mínimo, 25% da capacidade de público aceita pelo município em 2013.

II. Histórico para a construção dos Parâmetros Metodológicos do SCFV para crianças de 0 a 6 anos

✓ 2015: Projeto Vínculos

Em 2015, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e o Instituto Tellus, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realizou o Projeto Vínculos, uma pesquisa para conhecer os diferentes aspectos do SCFV ofertado a crianças até 6 anos. Por meio do projeto foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, entrevistas com especialistas e uma pesquisa exploratória, em que foram colhidas informações das crianças, das famílias e dos profissionais envolvidos com o SCFV em diversos níveis. Assim, foram visitados cinco municípios brasileiros: Três Lagoas/MS, Tarauacá/AC, Caçapava do Sul/RS, Santa Cruz/RN e Betim/MG.

³ O SISC é a ferramenta de gestão do SCFV por meio da qual o gestor municipal confirma a participação das/os usuárias/os no serviço, a fim de viabilizar o recebimento do cofinanciamento do governo federal.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

Entre outras questões, a pesquisa trouxe as seguintes constatações sobre o trabalho no SCFV com crianças de 0 a 6 anos:

- **Olhar para a criança é também olhar para a sua família:** para garantir proteção às crianças, é necessário compreender o contexto de sua família, os ambientes em que transita e desenvolve a sua vida e as suas relações.
- **A ausência dos familiares adultos é uma barreira ao fortalecimento de vínculos:** seja por abandono ou distanciamento, em função de atividades da rotina, a ausência dos responsáveis pelas crianças é rotineira.
- **As demonstrações de afeto são mais comuns por parte da criança em relação aos responsáveis do que o contrário. Estes precisam superar suas histórias de falta de afeto para se relacionarem com as crianças:** é preciso considerar as vivências da infância dos responsáveis pelas crianças para compreender a sua relação com elas, buscando ressignificar as experiências de ausência, negligência e violência e estimular a expressão recíproca da afetividade.
- **As responsabilidades de rotina no cuidado com crianças – provimento de alimentação e de asseio, por exemplo - são consideradas pelos responsáveis como suficientes para o seu desenvolvimento:** é importante ampliar as oportunidades para a realização de atividades que favoreçam um maior envolvimento emocional entre os adultos e as crianças, pois são ações que constroem e fortalecem os seus vínculos.

Para as crianças, o SCFV representa o momento e o espaço no qual têm acesso a brinquedos e a brincadeiras variadas; um local onde podem extravasar, socializar e interagir com outras crianças e adultos em segurança. Trata-se de uma ocasião esperada, sendo um dos pontos altos na rotina das crianças e, muitas vezes, o único momento e espaço em que elas têm a atenção de algum familiar ou outro adulto.

✓ **2016: Marco Regulatório da Primeira Infância (MRPI, Lei nº 13.257/2016)**

A iniciativa de conhecer as experiências do SCFV para crianças de 0 a 6 anos precedeu a aprovação da Lei nº 13.257/2016, o Marco Regulatório da Primeira Infância (MRPI). Este estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância – crianças até os 6 anos de idade - em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Em sintonia com as previsões do MRPI, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) complementa as ações de proteção e desenvolvimento infantil; assegura acolhida, espaços de convívio familiar e comunitário e desenvolve relações de afetividade e sociabilidade; fortalece a interação entre crianças do mesmo ciclo etário; valoriza a cultura de famílias e comunidades locais e promove vivências lúdicas; desenvolve estratégias para estimular e potencializar recursos de crianças com deficiências e a capacidade protetiva das famílias e da comunidade; e cria espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de crianças e no processo de desenvolvimento infantil.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

✓ **2016: Programa Criança Feliz (PCF)**

Além da aprovação do MRPI, em 2016, foi sancionado o Decreto nº 8.869/2016, que institui o Programa Criança Feliz (PCF), de caráter intersetorial, no escopo do qual o conjunto de ofertas do SUAS está inscrito. Nesse sentido, o PCF agregou-se aos serviços e programas da proteção social básica, incluindo o SCFV, constituindo-se em mais uma estratégia com vistas a alcançar as famílias em vulnerabilidade e risco social⁴.

✓ **2017: Oficina Colaborativa “Construção de Parâmetros Metodológicos para o SCFV para Crianças de 0 a 6 anos”**

Com vistas a qualificar a oferta do SCFV para crianças até 6 anos, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) tem o compromisso de produzir as orientações técnicas que nortearão a sua gestão e execução. Para subsidiar a construção dessas orientações, era necessário refletir sobre os parâmetros metodológicos para os percursos com crianças até 6 anos e seus cuidadores (as), que norteiam a execução desse serviço nos municípios.

Assim, em 2017, a SNAS realizou a **Oficina colaborativa: construção de parâmetros metodológicos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos**, que levantou estratégias para desenvolver os percursos do SCFV junto a esse ciclo de vida, a fim de aprimorar o planejamento e o formato das atividades, bem como o acompanhamento do SCFV com as crianças de 0 a 6 anos.

Durante as atividades, foram tratadas questões como: quais formatos são mais assertivos para a proposta do SCFV 0 a 6 anos; como organizar os percursos do serviço; como trabalhar a interlocução e a complementariedade com outros serviços socioassistenciais e intersetoriais; qual a equipe ideal para o atendimento no SCFV para crianças até 6 anos, entre outras. O consolidado das discussões realizadas durante a Oficina segue apresentado nas sessões adiante.

✓ **2018: Divulgação dos Parâmetros Metodológicos do SCFV para crianças de 0 a 6 anos**

⁴ Em 4 de abril de 2018, foi instituída a Portaria Interministerial nº 1, que estabeleceu diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersectorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz, elencando, entre outras, as atribuições que se conectam ao SUAS.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

Em 2018, após a análise das discussões feitas durante a Oficina Colaborativa, apresentam-se, finalmente, os parâmetros metodológicos do SCFV para crianças de 0 a 6 anos, por ocasião da Oficina de Integração entre o SUAS e o Programa Criança Feliz (maio, 2018). A ocasião foi pensada para promover o compartilhamento de experiências que demonstram, na prática, a efetivação da complementariedade entre serviços socioassistenciais e programas - no contexto do evento, entre o SCFV e o PCF -, bem como aponta os desafios a serem superados em direção a uma integração qualificada. Durante o evento, os participantes receberam a primeira versão do presente material, a fim de que o conhecessem e enviassem à SNAS contribuições para aperfeiçoá-lo. Os gestores que compõem a CIT também foram apresentados ao material, durante reunião ordinária, e tiveram a oportunidade de colaborar com ele.

Ainda em 2018, no segundo semestre, teve início a produção do Caderno de Orientações Técnicas do SCFV para Crianças de 0 a 6 anos, por meio de consultoria, a qual previa também a produção de um caderno de atividades para apoiar os educadores/orientadores sociais que atuam na execução do serviço. O repertório de atividades já está produzido e acompanha este informativo.

III - Parâmetros metodológicos para a execução do SCFV para crianças de 0 a 6

Os parâmetros metodológicos são diretrizes de tempo, formato, abordagem, planejamento, acompanhamento, integração e intersetorialidade do SCFV 0 a 6 anos. Eles auxiliam no entendimento das diferenças, da complementariedade e das conexões com outros serviços e programas, sejam estes socioassistenciais ou intersetoriais. Da necessidade de qualificar a oferta do SCFV 0 a 6 anos, contribuir para superar os desafios enfrentados pela equipe técnica do serviço e atender às expectativas das famílias havia a demanda de criar parâmetros metodológicos para o serviço. Assim, adiante, estão apresentados alguns dos aspectos que organizam a oferta do serviço, os quais refletem e sintetizam, conforme se demonstrou, as contribuições de diferentes atores – sobretudo, dos que atuam no SUAS - nos últimos anos.

a) Eixos norteadores do SCFV para crianças de 0 a 6 anos

Além de os grupos do SCFV serem organizados a partir dos ciclos de vida dos usuários, uma outra característica organiza a sua execução e auxilia os profissionais a planejarem as atividades dos encontros com as crianças até 6 anos: os eixos norteadores. Os eixos orientam o planejamento e a oferta de atividades, contribuindo para a elaboração de propostas que contemplem formas de expressão, interação, aprendizagem e sociabilidade em conformidade com os objetivos do serviço e adequadas à faixa etária dos participantes.

Para o SCFV com crianças de 0 a 6 anos, os eixos norteadores são:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guarará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

- **Eu comigo mesmo:** está relacionado à identidade pessoal, à visão que cada um tem de si, sua autoestima, seu autocontrole e resiliência.
- **Eu com quem cuida de mim:** trabalha a comunicação afetiva entre criança e cuidador, a definição de regras familiares e limites, a confiança e o reconhecimento, o respeito aos ritmos. Estimula a **parentalidade**, ou seja, reforça o vínculo entre o/a cuidador/a e a criança para a provisão de cuidados, segurança e afetividade, que são elementos fundamentais para o seu desenvolvimento integral.
- **Eu com os outros:** aborda as questões relacionais, com o objetivo de apoiar a tomada de decisões, resolver conflitos e suas relações com a família e os amigos, em termos de comunicação, empatia, cooperação, respeito e sociabilidade, por exemplo.
- **Eu com a cidade:** traz questões como o pertencimento, a apropriação da rede de serviços e do território, noção de direitos e deveres, assim como a participação ativa nas redes de relações, de políticas públicas e outras, presentes nos territórios.

Para realizar o trabalho do SCFV a partir dos eixos norteadores, o educador/orientador social pode ter em mente que cada um deles se relaciona com um conjunto de **competências** a serem trabalhadas e desenvolvidas junto às crianças e seus cuidadores, a fim de alcançar os objetivos do SCFV, descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

O conceito de **competência**, no contexto do Caderno de Orientações Técnicas do SCFV para crianças de 0 a 6 anos e do Caderno de Atividades, corresponderá às capacidades ou potencialidades que as crianças e os seus cuidadores terão oportunidades para desenvolver nos encontros do SCFV.

As competências - capacidades ou potencialidades - são aprendidas e fortalecidas ao longo da vida e repercutem nas vivências do contexto familiar e comunitário. A sua aquisição e desenvolvimento impactam na convivência, podendo contribuir para ampliar as redes de apoio das pessoas e as oportunidades para que acessem seus direitos.

O SCFV para crianças de 0 a 6 anos repercute no desenvolvimento de certas competências. Elas estarão descritas no **Caderno de Orientações Técnicas do SCFV para Crianças de 0 a 6 anos**, que poderá ser consultado no momento de elaborar/selecionar as atividades para realizar com o grupo de crianças e seus cuidadores.

É importante lembrar que os eixos norteadores aqui apresentados não são compartimentos estanques ou isolados. Considerá-los de forma articulada auxilia a alcançar os objetivos estabelecidos para o SCFV com as crianças e os seus cuidadores, numa perspectiva ampla.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guarará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

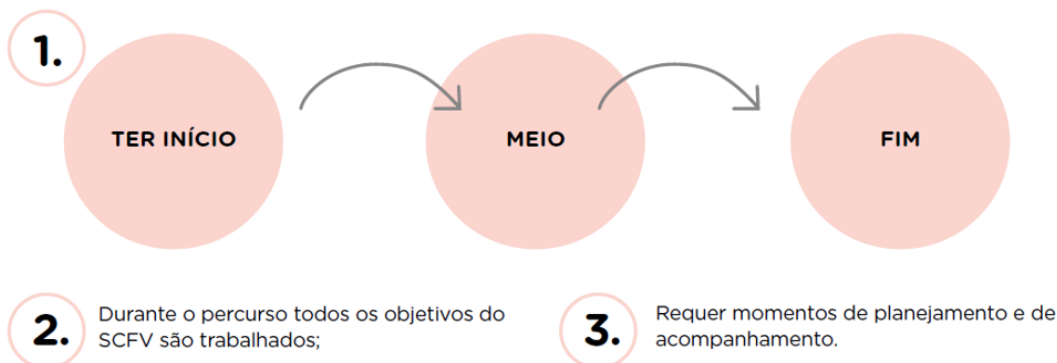
b) Percurso do SCFV para crianças de 0 a 6 anos

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009, as atividades do SCFV são organizadas em **percursos** que garantam aquisições progressivas aos usuários, constituindo, portanto, uma estratégia de organização do serviço.

O QUE É PERCURSO?

O percurso especifica os objetivos a serem alcançados, a partir de determinados temas e atividades a serem trabalhados no SCFV, considerando um período de tempo.

Características importantes do PERCURSO:



A recomendação é de que o percurso do SCFV para crianças de 0 a 6 anos tenha a duração de até um trimestre, alinhado ao registro da participação dos usuários no SISC. Tal alinhamento justifica-se pelo entendimento de que este já é um momento de monitoramento da oferta passada e de planejamento da oferta futura, que poderia ser otimizado para a avaliação e o planejamento da continuidade do percurso.

c) Modelos de percursos para a oferta do SCFV

A partir das experiências apresentadas durante a Oficina Colaborativa para a elaboração dos **Parâmetros metodológicos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos**, duas propostas de organização dos percursos do SCFV de 0 a 6 anos foram construídas, o Modelo A e Modelo B. No decorrer do ano, ambas as propostas foram sendo aperfeiçoadas e foram sintetizadas nas representações anexas.

1. Modelo A



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

No modelo A, os eixos do SCFV – I. Eu comigo mesmo; II. Eu com Quem Cuida de Mim; III. Eu com os Outros; e IV. Eu com a cidade - são os elementos que norteiam e organizam o percurso. **Para cada eixo**, um percurso de até três meses, com **um conjunto de competências e objetivos** a serem trabalhados com as crianças e os seus cuidadores. A escolha do eixo e das competências correspondentes pelos educadores/orientadores sociais, a partir das características do grupo e dos indivíduos que o compõem, são determinantes para a seleção das atividades a serem realizadas.

Neste modelo, as vulnerabilidades do território e dos usuários são identificadas e direcionadas aos percursos durante o **planejamento** do SCFV 0 a 6 anos. Para grupos nos quais se observa uma participação mais regular dos usuários, ou seja, sem grande rotatividade de usuários, a escolha do modelo A para o desenvolvimento do percurso do SCFV poderá ser mais bem sucedida.



PONTOS POSITIVOS:

Garante maior uniformidade ao serviço. Pode ser absorvido pelas equipes mais rapidamente, pois é mais próximo ao modelo de oferta geralmente encontrado nos municípios.



PONTOS DE ATENÇÃO:

A jornada das famílias no SCFV não é linear, assim como o tempo de sua permanência no serviço.

2. Modelo B

No modelo B, as vulnerabilidades de vínculos são os elementos norteadores e organizam os percursos. A partir do conjunto de vulnerabilidades de vínculos identificadas entre as famílias participantes do SCFV 0 a 6 anos, são definidas as competências a serem desenvolvidas/fortalecidas com os participantes durante o percurso. Ao final de cada percurso, é feita a avaliação da situação de vulnerabilidade dos usuários com vistas à organização do percurso seguinte.

Algumas competências são necessárias para a superação de quaisquer das vulnerabilidades apontadas nesse modelo B. Durante o desenvolvimento do trabalho, o educador/orientador social perceberá isso. Mas há aquelas que poderão ser focalizadas ou sobressair-se a cada percurso. Os eixos nesta proposta não são explícitos: entende-se que ao trabalhar as competências e os respectivos objetivos, a abordagem ao eixo está garantida. Dessa forma, os eixos e especificidades do SCFV para crianças de 0-6 anos são fortalecidos de forma integrada e simultânea durante todo o percurso.



PONTOS POSITIVOS:

Coloca o usuário e suas vulnerabilidades no centro do planejamento da oferta. Possui maior capacidade de adaptação da oferta à realidade local.



PONTOS DE ATENÇÃO:

Requer maior capacitação das equipes para identificação das vulnerabilidades, além de um repertório de atividades à disposição das equipes para apoiar a conexão das vulnerabilidades com os temas trabalhados.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guarará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

Vale dizer que os dois modelos dialogam entre si e poderão ser aplicados e avaliados pelos gestores e, sobretudo, pelos profissionais que atuam diretamente na execução do SCFV, no decorrer da oferta. Assim, se durante um semestre, optarem pelo modelo A, no semestre seguinte, poderão optar pelo B, a depender das características dos grupos e das demandas que forem sendo apresentadas. Também é possível que, em uma mesma unidade de execução do SCFV, haja grupos que se adequam mais ao modelo A e outros, ao modelo B. Independentemente do modelo escolhido pelos gestores e profissionais que atuam no serviço, a definição das atividades do SCFV para crianças de 0 a 6 anos considerando os eixos norteadores e suas competências, bem como o seu ajustamento a percursos de até três meses, tem a finalidade de manter sempre em vista as especificidades e objetivos do serviço para os profissionais que o executam.

IV. Relação do PAIF, SCFV e Programas de Atenção à Primeira Infância

O acesso ao SCFV ocorre por encaminhamento do CRAS, por busca ativa, por encaminhamento da rede socioassistencial, por encaminhamento de outras políticas públicas e por procura espontânea dos usuários.

O referenciamento de todos os grupos ao CRAS vincula o atendimento realizado no âmbito do SCFV ao atendimento – por vezes, acompanhamento familiar - do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Os programas de atenção à primeira infância e o SCFV são complementares nos objetivos de promover proteção social e de garantir aquisições às famílias e a seus membros, a partir de metodologias diferenciadas. Assim, as famílias com crianças de 0 a 6 anos que participam desses programas, podem participar do SCFV.

O SCFV alinha-se com programas que reforçam a ludicidade e a parentalidade enquanto aspectos que potencializam o desenvolvimento infantil. Sua especificidade é de organizar grupos com crianças e seus cuidadores para participação de encontros periódicos no CRAS ou no centro de convivência. Durante os encontros, são realizadas atividades que viabilizam a troca de saberes e experiências relacionados ao cuidado e ao desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Espera-se que esses momentos de interação entre os participantes fortaleçam vínculos familiares e comunitários, ampliem redes de apoio e oportunizem maior acesso a direitos.

É importante frisar que a participação das famílias nos programas de atenção à primeira infância e nos grupos do SCFV depende de suas condições reais de permanecer nas ações das duas ofertas, sem que sejam demasiadamente oneradas em termos de sobrecarga de atividades, tanto para a criança quanto para o adulto cuidador(a). Neste sentido, a participação



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

das famílias no SCFV é voluntária, mas pode ser estimulada pelos profissionais que atuam nos programas de atenção à primeira infância e pelos técnicos do CRAS, sempre que se vislumbrar os benefícios para elas.

Quando esses programas preveem visita domiciliar, há a possibilidade de que os profissionais identifiquem, durante a visita, membros da família que tenham mais de 6 anos e apresentem demandas para o SCFV. Nesse caso, recomenda-se que elas sejam comunicadas à equipe que atua no CRAS para que seja avaliada a situação e providenciada a inserção dos usuários no SCFV.

O técnico de nível superior do CRAS designado como técnico de referência do CRAS para o SCFV é o articulador entre o SCFV e o PAIF/PAEFI e também pode o ser em relação aos programas de primeira infância vinculados ao SUAS. Para que isso ocorra, basta que os gestores de CRAS estabeleçam, junto com a equipe, um fluxo de compartilhamento de informações.

Encaminhadas ao serviço pelo técnico de referência do CRAS, as famílias participantes desses programas de atenção à primeira infância, de tempos em tempos, avaliarão as experiências e conquistas alcançadas durante a sua permanência no serviço, por meio de diálogo com o técnico de referência. Nessa ocasião, a família, com a mediação do profissional, decidirá pela permanência ou interrupção de sua participação no SCFV e/ou eventual inserção em outras políticas públicas.

Esse diálogo entre os participantes do serviço e o técnico de referência, deve ocorrer de acordo com uma periodicidade estabelecida, sendo importante para concretizar a articulação e

complementariedade entre o SCFV e os demais serviços e programas da proteção social básica e especial. Esses momentos de diálogo devem estar previstos no planejamento dos grupos e devem ser pactuados com as famílias e usuários do SCFV, quando de sua inserção e ao longo de sua permanência no serviço.

Dadas a importância e o volume de trabalho que essa articulação demanda, é recomendável que o técnico de referência do CRAS – o único profissional de nível superior que integra a equipe do SCFV – atue exclusivamente nas atribuições estabelecidas para a operacionalização do referenciamento do serviço.





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretaria Nacional de Assistência Social
Edifício The Union: SMAS, Trecho 3, Lote 1, Guará – 1º andar
CEP: 70.610-635 – Brasília, Distrito Federal

V. Próximos passos...

Em continuidade às ações que visam qualificar a oferta do SCFV para crianças de 0 a 6 anos, a partir da disseminação destes parâmetros metodológicos pelo Brasil – em especial das propostas para a organização dos percursos do SCFV com crianças de 0 a 6 anos - a SNAS segue no apoio técnico aos estados com vistas a qualificar o serviço nos municípios. Ainda em 2018 e para o ano seguinte, os próximos passos são:

- Disponibilizar o Caderno de Atividades do SCFV para Crianças de 0 a 6 anos SCFV e o Caderno de Orientações Técnicas do SCFV;
- Realizar apoio técnico e disseminar os materiais produzidos para os estados e municípios.